



AS FONTES NA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA: AMPLIAÇÃO E NOVAS POSSIBILIDADES

Thaís Jussara de O. Guedes Isidro
Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Brasil)
Endereço eletrônico: thais.ufpb@hotmail.com

Alexandre Gama Xavier
Legale Educacional (Brasil)
Endereço eletrônico: alexandreadv17@gmail.com

682

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva discorrer sobre o papel das fontes em relação ao historiador e sua importância no debate com a historiografia a partir da Nova História Cultural, a qual institui o surgimento de novas fontes, próprias para restabelecer as maneiras de pensar ou de sentir do indivíduo. Com a perspectiva de apresentar diferentes olhares sobre os fatos e acontecimentos históricos pesquisados e preencher possíveis lacunas deixadas pela História Oficial, que leva em conta apenas documentos e memórias oficiais, a Nova História Cultural, cuja base filosófica é a compreensão de que a realidade é social e culturalmente fundada, se interessa pela variedade de atividades humanas, pelas pessoas comuns e suas experiências construídas no contexto social. Frente a essa ampliação de visão histórica proposta pela Nova História Cultural, acende a possibilidade de utilizar-se das contribuições trazidas por fontes orais, fotografias, vídeos, filmes, arquivos pessoais, memória, diários, dentre outras. Daí o surgimento de novas fontes próprias para restabelecer as maneiras de pensar ou de sentir do indivíduo. Importante sublinhar que por “fonte” compreende-se a matéria-prima primordial para o trabalho do historiador, sendo de máxima importância a preservação e organização dos arquivos históricos e da documentação no Brasil, especialmente no que tange à educação. Justificamos a importância desse texto para aqueles que adentram à pesquisa historiográfica da educação na graduação e pós-graduação, visto que favorece a ampliação da visão em relação às possibilidades de fontes utilizáveis para a materialização da pesquisa histórica, ampliando a discussão acerca do conceito de fontes e de sua utilização nos debates da história e historiografia da educação, questões norteadoras desta discussão. O estudo inclina-se ainda para o conceito de fontes e seus



variados tipos, observando-se o trato com as mesmas e a conscientização sobre a sua importância da conservação destas para o trabalho do historiador.

Durante um longo tempo na História recorreu-se apenas aos documentos oficiais escritos e aos arquivos como fontes historiográficas; eram considerados apenas documentos e fontes materiais. Com a expansão das investigações e mudanças das mentalidades neste campo de pesquisa, o conceito de fontes e seus usos foi também se alargando, sobretudo com a ‘Terceira Geração da Revista Annales’, composta por historiadores que transformaram a perspectiva vigente até então.

A partir da fundação da revista francesa ‘Annales d’histoire économique et sociale’, por Lucien Febvre e Marc Bloch, muitos dos pressupostos da história positivista passaram a ser criticados e a História, não mais restrita à política, interessa-se também por aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade, dado que toda a atividade humana compõe a história. A partir de 1968, Fernand Braudel, então diretor da revista, decidiu recrutar jovens historiadores com a finalidade de renovação, dando origem a chamada “Terceira Geração dos Annales”. Despontaram para o mundo os pesquisadores e historiadores Jacques Le Goff, Roger Chartier, Michel De Certeau, Pierre Nora, Jean Delumeau, François Furet, Emmanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro, dentre tantos outros. Com a terceira geração, surgiram pesquisas mais focadas, objetivas e com temas considerados inovadores e pioneiros, abordados com maior profundidade. Assuntos como a infância, a mulher, a família, a sexualidade, o casamento, a morte, a leitura, a loucura, a alfabetização, a religião, a violência, o amor, o livro, os jovens, a cultura escolar, a organização, a construção do conhecimento, as instituições, a formação dos docentes, dos discentes, do sonho, do corpo, do odor, da imprensa pedagógica, entre outros inúmeros, tornaram-se passíveis de estudos para a escrita da história, sendo muitas destas mudanças incorporadas pela história da educação. Desta forma, a ampliação documental conquistada pelos historiadores, a adoção de novas perspectivas, a disposição de novos métodos de pesquisa e o intercuro com outras disciplinas (Linguística, Psicologia, Geografia, Antropologia, Filosofia, Sociologia) e mais o interesse por novos objetos, até então desprezados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea demandasse cada vez mais de fontes que não só relatórios e registros arquivísticos. Sobre isso, Lopes e Galvão (2001, p. 39-40) afirmam:



A “revolução” provocada no campo da História, sobretudo pela Escola dos Annales e, posteriormente, pelo que se convencionou denominar de Nova História, que buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizadas tradicionalmente na pesquisa historiográfica, aos poucos influenciou os historiadores da educação.

Essa “revolução documental” incide diretamente na pesquisa histórica, tanto no quesito da seleção das fontes, agora também admitidas as fontes imateriais, como no manuseio e tratamento destas, proporcionando uma significativa ampliação da memória histórica a partir desta expansão (LE GOFF, 2003). Não só os já tradicionais documentos textuais (documentos jurídicos, crônicas, registros cartoriais, processos, correspondências públicas e privadas, etc.), como também quaisquer outros que possam “nos fornecer testemunho ou um discurso proveniente passado humano, da realidade um dia que se apresenta como Presente” passaram a fazer parte da matéria-prima do historiador (BARROS, 2012). Atualmente, incluem-se como fonte desde vestígios arqueológicos e outras construções de cultura material (a arquitetura de uma igreja, as ruas de cerâmicas, utensílios da vida cotidiana), até as representações pictóricas, depoimentos orais e documentos da cultura corporal (jogos, danças, exercícios ginásticos, lutas, esportes, malabarismos, etc.). Entretanto, os elementos que nortearão a escolha das fontes serão, em grande parte, o problema, o tema e a intencionalidade do historiador pois “trata-se de identificar os documentos que podem responder o problema ou possivelmente auxiliar no seu desenvolvimento”. Todavia, “os documentos expressam uma realidade particular que precisa ser compreendida para que se possa extrair todo o sentido que se quer deles” (COSTA, 2010, p. 198). Assim, independentemente da forma como as fontes se apresentam (documentos escritos, orais, pictóricos ou imagéticos), precisam ser consideradas em toda sua amplitude e complexidade, visto que foram construídas com um fim, em um determinado contexto social e histórico, e serão interpretadas com outro fim e em outro contexto. Nesse sentido, Lopes e Galvão (2001) alertam que a ingenuidade da seleção deve ser superada pois,

Não devemos ser ingênuos a ponto de pensar que apenas o pesquisador operará a seleção. Em primeira instância, a seleção já foi realizada por aqueles que produziram o material, pois o fizeram segundo suas próprias intenções ou necessidades de um período histórico, bem como por aqueles que conservaram, organizaram ou arquivaram os mesmos, intencionalmente ou não.



Vislumbrando que as fontes também são produções humanas, têm-se claro que não traduzem uma “verdade absoluta” e sim, o pensamento, a ideologia e o comportamento de uma época. De acordo com Costa (2010, p. 22),

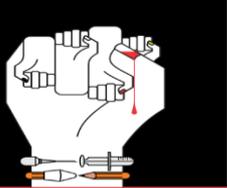
As fontes não pretendem responder nossas questões, somos nós que a manuseamos de forma a interpretá-la e tirarmos nossas próprias conclusões sobre os significados nelas implícitos ou explícitos. Entretanto, o manuseio deve sempre levar em conta que a fonte encontra-se numa realidade diferente da nossa, ou melhor, foi produzida em um palco de atuação sob condições diferentes da contemporânea.

Uma vez que é no presente que o pesquisador levanta questões em relação ao passado, a inquietação e o cuidado com as fontes não pode prescindir a ideia de que “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 2006, p. 34).

Segundo as pesquisadoras Lopes e Galvão (2001, p. 93), é preciso que o pesquisador elabore um método que se adeque e funcione melhor para explorar “cada documento e, ao mesmo tempo, o conjunto dos documentos” e que ele “saiba lidar com a grande dose de imprevisibilidade que sempre acompanha o fazer histórico”. No trabalho com as fontes e sua interpretação, dar inteligibilidade ao material de que se dispõe é fator basilar para o êxito da pesquisa. Assim, além da coleta, catalogação e interpretação das fontes, o rigor científico, o método, a seriedade, a disciplina e paciência são atributos indispensáveis para quem adentra o árduo caminho de produzir e aprimorar os conhecimentos históricos sobre a educação brasileira e regional. (Idem, p. 94-5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos empreendidos torna-se evidente que o alargamento das fontes promovido pela Escola dos Annales contribuiu e continua contribuindo significativamente para as pesquisas em Historiográficas, impulsionando o pesquisador a se utilizar de novos “documentos históricos” e a lançar novos olhares sobre o fenômeno educativo, os trabalhadores e trabalhadoras em educação, as instituições escolares e a formação docente, dentre outros temas importantes para a construção de uma consubstanciada historiografia da educação. Uma numerosa diversidade de fontes e adequada exploração destas, pode tornar o trabalho de pesquisa mais rico e próximo da



realidade histórica (re)visitada. Contudo, não apenas os documentos oficiais e/ ou escritos podem ser tomados como fontes. Tudo que puder ser

coletado como objeto de colecionador, de estátuas a pequenos objetos de uso cotidiano, passou a ser considerado não mais algo para o simples deleite, mas uma fonte de informação, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos (FUNARI, 2006, p.85).

Nesta reflexão sobre as fontes históricas, por maior profundidade e contemporaneidade com que possamos revesti-la, ainda é aceitável lembrar o clássico ensinamento de Charles de Seignobos e Victor Langlois (1946, p.15), usual e aceito entre os historiadores da época: “[...] onde não há documentos, não há História”.

686

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. - Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2006.

COSTA, Célio Juvenal. “Educação jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o *Ratio Studiorum*”. PAIVA, José M.; BITTAR, Marisa e ASSUNÇÃO, Paulo. *Educação, História e Cultura no Brasil Colônia*, p. 29-44.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes arqueológicas. O historiador e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Realização:



Apoio:

